

## **Demonstrações Financeiras**

### **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

31 de dezembro de 2021

# **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2021

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
<b>Demonstrações financeiras auditadas</b>	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Conselheiros da  
**Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto Ansoain de Freitas  
Contador CRC-1SP246234/O-4

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.582	947
Caixa e equivalentes de caixa vinculados (Nota 4)	-	101
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	170.166	109.867
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	6.749	10.634
Contas a receber (Nota 6)	49.535	42.598
Estoques (Nota 7)	10.868	11.799
Outras contas a receber	1.404	1.247
	<b>240.304</b>	<b>177.193</b>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	151.233	151.223
Depósitos judiciais	2.317	1.718
Outras contas a receber	582	340
	<b>154.132</b>	<b>153.281</b>
Imobilizado (Nota 8)	102.742	82.749
Intangível (Nota 9)	1.244	1.065
Ações recebidas em doações	14	123
Propriedade para investimento (Nota 10)	35.762	35.762
	<b>139.762</b>	<b>119.699</b>
Total do ativo	<b>534.198</b>	<b>450.173</b>

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	<b>28.284</b>	20.567
Salários e contribuições sociais (Nota 12)	<b>14.623</b>	10.520
Adiantamento de clientes	<b>1.737</b>	5.757
Subvenções (Nota 2.11 (a))	<b>6.749</b>	10.735
Parcelamento de impostos	<b>127</b>	156
Receitas diferidas	<b>300</b>	300
Outras contas a pagar	<b>614</b>	521
	<b>52.434</b>	48.556
Não circulante		
Investimentos subsidiados (Nota 2.11 (c))	<b>15.020</b>	15.613
Parcelamento de impostos	<b>404</b>	511
Provisão para contingências (Nota 13)	<b>4.454</b>	3.931
Receitas diferidas	<b>450</b>	750
	<b>20.328</b>	20.805
Total do passivo	<b>72.762</b>	69.361
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	<b>380.812</b>	306.739
Superávit acumulado	<b>80.624</b>	74.073
Total do patrimônio líquido	<b>461.436</b>	380.812
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>534.198</b>	450.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receitas Operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	<b>201.545</b>	170.641
Particular	<b>5.212</b>	4.421
SUS	<b>5.572</b>	3.633
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	<b>4.781</b>	1.396
(-) Dedução da receita	<b>(13.228)</b>	(14.531)
	<b>203.882</b>	165.560
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios	<b>13.365</b>	10.963
Particular	<b>6.084</b>	4.264
SUS	<b>35.859</b>	44.387
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	<b>8.395</b>	8.322
(-) Dedução da receita	<b>(2.076)</b>	(8.103)
	<b>61.627</b>	59.833
Receitas institucionais		
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	<b>694</b>	540
Investimentos subsidiados (Nota 17)	<b>2.000</b>	1.493
Receitas com doações (Nota 15)	<b>95.422</b>	93.802
Receitas financeiras (Nota 19)	<b>13.312</b>	6.872
Gratuidades concedidas (Nota 23)	<b>71.280</b>	46.537
Voluntariado (Nota 20)	<b>1.107</b>	809
Outras (Nota 18)	<b>14.340</b>	13.857
(-) Dedução da receita	<b>(626)</b>	(849)
	<b>197.529</b>	163.061
Total das receitas	<b>463.038</b>	388.454

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas Operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesas com pessoal	<b>(31.144)</b>	(28.525)
Despesas com material	<b>(72.621)</b>	(59.929)
Despesas com prestação de serviços	<b>(27.170)</b>	(23.611)
Despesas administrativas e gerais	<b>(2.375)</b>	(2.241)
	<b>(133.310)</b>	(114.306)
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesas com pessoal	<b>(55.426)</b>	(46.634)
Despesas com material	<b>(24.536)</b>	(18.091)
Despesas com prestação de serviços	<b>(7.179)</b>	(6.130)
Despesas administrativas e gerais	<b>(5.192)</b>	(4.106)
	<b>(92.333)</b>	(74.961)
Despesas com atividades institucionais		
Despesas com pessoal	<b>(43.532)</b>	(38.994)
Despesas com material	<b>(3.388)</b>	(2.311)
Despesas com prestação de serviços	<b>(16.442)</b>	(15.363)
Despesas com doação	<b>(4.583)</b>	(9.045)
Despesas administrativas e gerais	<b>(15.180)</b>	(9.857)
Despesas financeiras e bancárias	<b>(1.259)</b>	(2.198)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	<b>(71.280)</b>	(46.537)
Voluntariado (Nota 20)	<b>(1.107)</b>	(809)
	<b>(156.771)</b>	(125.114)
Total das despesas	<b>(382.414)</b>	(314.381)
Superávit do exercício	<b>80.624</b>	74.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	248.903	57.836	306.739
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	57.836	(57.836)	-
Superávit do exercício	-	74.073	74.073
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	306.739	74.073	380.812
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	<b>74.073</b>	<b>(74.073)</b>	-
Superávit do exercício	-	<b>80.624</b>	<b>80.624</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>380.812</b>	<b>80.624</b>	<b>461.436</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<b>80.624</b>	74.073
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	<b>10.430</b>	9.050
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	<b>523</b>	255
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	<b>(132)</b>	78
Constituição (reversão) de provisão glosas (Nota 6)	<b>5.883</b>	2.363
Baixas de ativo imobilizado (Notas 8)	<b>1.812</b>	361
Baixas de ativo intangível (Nota 9)	<b>1</b>	-
Provisão para perda no ativo imobilizado (Nota 8)	<b>(52)</b>	(2)
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	<b>(704)</b>	(149)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	<b>(12.688)</b>	10.427
Estoques	<b>931</b>	(4.980)
Depósitos judiciais	<b>(599)</b>	(698)
Outras contas a receber	<b>(399)</b>	(723)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	<b>7.717</b>	1.503
Salários e contribuições sociais	<b>4.103</b>	(3.561)
Adiantamento de clientes	<b>(4.020)</b>	3.597
Subvenções	<b>(3.986)</b>	2.747
Investimento subsidiado	<b>(593)</b>	4.430
Parcelamento de impostos	<b>(136)</b>	(323)
Receitas diferidas	<b>(300)</b>	(300)
Outras contas a pagar	<b>93</b>	(222)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>88.508</b>	97.926
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	<b>(56.424)</b>	(81.531)
Venda e resgate de instrumentos financeiros	<b>109</b>	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	<b>(31.659)</b>	(16.275)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<b>(87.974)</b>	(97.806)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<b>534</b>	120
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	<b>1.048</b>	928
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	<b>1.582</b>	1.048
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<b>534</b>	120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

## **1. Informações gerais**

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências físicas permanentes, temporárias ou decorrentes de outras patologias, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; venda de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

### **Impactos relacionados à pandemia Covid-19**

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Desde então, a Associação instituiu um Comitê de Crise, para gerenciamento dos planos de ação com o intuito de minimizar os impactos da Covid-19, tendo como principais objetivos preservar a saúde e integridade física das pessoas, especialmente colaboradores (funcionários, voluntários e terceiros) e pacientes. Foi estabelecida uma pauta fixa e indicadores para o acompanhamento dos tópicos: legislação, medicina do trabalho, atendimentos, insumos críticos e unidades. Além desses, o Comitê tratou de todos os temas afetados à pandemia e seus impactos para a AACD.

O volume de atendimentos da AACD foi impactado especialmente em 2020, com redução de 44%. Seguindo tanto as diretrizes das autoridades de saúde, como as decisões colegiadas das comissões estabelecidas, até que os protocolos que assegurassem a proteção das pessoas não estivessem implantados, os atendimentos foram restritos aos casos em que havia grande prejuízo na descontinuidade do tratamento. Parte dos serviços administrativos passaram a ser realizados por home office e foram adotadas ações para garantir o máximo distanciamento social possível e redução de deslocamento de funcionários.

# **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

## **1. Informações gerais--Continuação**

### **Impactos relacionados à pandemia Covid-19—Continuação**

Para minimizar os impactos da interrupção das terapias, a equipe assistencial da AACD gravou vídeos de orientação que foram divulgados nas mídias sociais da Associação. O acompanhamento dos atendimentos permitiu uma gestão adequada de toda infraestrutura, incluindo o dimensionamento de quadro de profissionais, gestão de insumos e fluxos de acesso.

Em 2021, realizamos 80% do volume dos atendimentos de 2019, ainda impactados pelo alto índice de falta de pacientes.

Priorizando a segurança e a saúde de seus colaboradores, voluntários, pacientes e a continuidade da operação a Associação tomou as seguintes medidas:

- a) Reforçamos e mantivemos as medidas preventivas como uso de EPI's por funcionários, voluntários e pacientes;
- b) Realizamos testes de COVID-19 para funcionários com suspeita ou sintomas de síndrome gripal e para pacientes e acompanhantes na fase de pré-internação;
- c) Monitoramos as etapas de vacinação dos funcionários;
- d) Mantivemos o Comitê de Crise para monitoramento de indicadores

Além dessas medidas, a Associação, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas: a) Risco de continuidade operacional: A AACD não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional; b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment” – a Associação não identificou a necessidade de impairment nos seus ativos e c) Estoques: risco de perda por realização dos estoques, a AACD tem por política contábil o registro e a apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização, e a Associação não identificou risco de realização dos estoques.

A Administração da Associação também analisou eventuais impactos frente às suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas em função ao risco de crédito associado às contrapartes, ou alteração significativa aos riscos que a Associação está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras, e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

##### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional, e são apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Associação, em reunião realizada em 28 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

##### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

##### c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

##### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **2.3. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor de justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo.

#### **2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A AACD não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

##### Ativos financeiros – mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados serão reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

#### Classificação passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

##### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A AACD adota o modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para os títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

#### 2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit), quando ocorridos.

#### 2.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A vida útil dos ativos intangíveis é de 5 anos, e a amortização é 20% ao ano.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8. Propriedade para investimento**

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

#### **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação em adição aos montantes anteriormente reconhecidos como perda, referente aos ativos das unidades em processo de encerramento, conforme descrito na Nota 8.

#### **2.10. Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

#### **2.11. Subvenções governamentais**

##### **a) Subvenções para custeio de projetos específicos**

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

##### **b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades**

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11. Subvenções governamentais--Continuação**

##### **c) Subvenções para investimento**

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em Nota 2.6.

#### **2.12. Provisões para contingências**

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

#### **2.13. Demais passivos circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e dos encargos incorridos.

#### **2.14. Patrimônio líquido**

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

#### **2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado**

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação**

#### **2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado--Continuação**

##### Receita

##### a) *Venda de produtos*

De acordo com o CPC 47, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador; na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Associação; e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

##### b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

##### c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

##### d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

## **Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (Gratuidades)**

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

#### **2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021**

A AACD aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Associação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As alterações aplicáveis a Associação e correspondentes efeitos encontram-se descritas abaixo:

##### Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Associação, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas e aplicáveis à AACD, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir.

##### Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. Não são esperados impactos relevantes na correspondente adoção.

##### Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações CPC 26/IAS 1); e
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2), e;
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores prospectivos estimados que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Provisão para glosas (Nota 6);
- (c) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (d) Provisão para contingências (Nota 13);
- (e) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (f) Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

A Associação, com base no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação, realizou a revisão e mudança no modelo de mensuração da estimativa contábil de provisão de glosas, com base no aperfeiçoamento do processo e novas informações disponíveis, aplicável a partir de dezembro de 2021. Correspondente revisão foi concluída como mudança de estimativa e, conseqüentemente, aplicada de forma prospectiva.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
<b>Recursos próprios</b>		
Caixa e bancos	1.582	947
	<b>1.582</b>	<b>947</b>
<b>Recursos vinculados</b>		
Poupança	-	101
	-	101
<b>Total</b>	<b>1.582</b>	<b>1.048</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 5. Títulos e valores mobiliários

	Taxa de remuneração - 2021	2021	2020
<b>Recursos próprios - circulante (a)</b>			
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	0,10% - 0,47%.a.a.	1.838	3.117
Operações compromissadas - CDBs	102% - 106% - CDI	168.328	106.750
		<b>170.166</b>	109.867
<b>Recursos vinculados - circulante (b)</b>			
Poupança		5.984	6.176
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	0,10% - 0,47%.a.a.	765	4.458
		<b>6.749</b>	10.634
<b>Recursos próprios - não circulante (c)</b>			
CDB - DI	100,5% - 101,25% - CDI	151.233	151.223
<b>Total</b>		<b>328.148</b>	271.724

(a) As operações compromissadas foram realizadas com os bancos Bradesco, BV, Safra e Santander, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

(b) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Nota 2.11 (a) e (c)).

(c) As operações se referem a aplicações em CDB-DI no Banco Santander com resgate em novembro de 2023 e no Bradesco com resgate em novembro de 2023 e dezembro de 2024.

### 6. Contas a receber

a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	2021	2020
Convênios e planos de saúde	54.210	41.652
Sistema Único de Saúde (SUS)	7.804	7.497
Consumidor final	2.839	3.040
Outros	80	56
	<b>64.933</b>	52.245
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.938)	(4.070)
Provisão para glosas	(11.460)	(5.577)
	<b>49.535</b>	42.598

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 6. Contas a receber--Continuação

- b) A análise das contas a receber de clientes por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	<b>39.877</b>	31.145
Vencidas		
Até 30 dias	<b>6.749</b>	5.559
De 31 a 60 dias	<b>4.432</b>	3.940
De 61 a 90 dias	<b>2.811</b>	1.460
De 91 a 180 dias	<b>3.136</b>	2.743
De 181 a 360 dias	<b>2.993</b>	2.306
Acima de 360 dias	<b>4.935</b>	5.092
	<b>64.933</b>	52.245

- c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.992
Constituição de provisão no exercício, líquida	78
Saldo em 31/12/2020	<u>4.070</u>
Reversão de provisão no exercício, líquida	<u>(21)</u>
Saldo em 31/12/2021	<b>4.049</b>

- d) A movimentação da provisão para glosas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.214
Constituição de provisão no exercício, líquida	2.363
Saldo em 31/12/2020	<u>5.577</u>
Constituição de provisão no exercício, líquida	<u>5.883</u>
Saldo em 31/12/2021	<b>11.460</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 7. Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais para produção de órtese, prótese e materiais especiais	<b>2.049</b>	1.778
Materiais e medicamentos	<b>6.611</b>	7.182
Estoque de produtos acabados (a)	<b>1.405</b>	1.798
Materiais gerais (b)	<b>803</b>	1.041
	<b>10.868</b>	11.799

(a) O estoque de produtos acabados é composto por materiais produzidos como órteses e próteses, além de materiais para revenda, tais como cadeiras de roda e produtos ortopédicos.

(b) No grupo de materiais gerais estão alocados materiais de captação, materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para perdas de estoques estão assim representadas:

Saldos em 1º de janeiro de 2020	-
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldos em 31 de dezembro 2020	-
Adições	<b>(56)</b>
Reversões e baixas, líquidas	<b>56</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

### 8. Imobilizado

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo		
Terrenos	7.650	7.650
Edifícios	86.068	85.271
Instalações	16.872	9.145
Móveis e utensílios	11.292	11.248
Equipamentos de informática	12.865	12.089
Veículos	606	675
Máquinas e equipamentos	45.736	41.069
Imobilizado em andamento (a)	13.116	7.441
	<b>194.205</b>	174.588
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado (b)	<b>4.087</b>	-
Depreciação Acumulada	<b>(89.279)</b>	(85.516)
Provisão encerramento unidades (c)	<b>(6.271)</b>	(6.323)
	<b>102.742</b>	82.749

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 8. Imobilizado--Continuação

- (a) Em 2021 o imobilizado em andamento está substancialmente representado por reformas que se encontram em andamento na unidade Ibirapuera (Obra de Expansão do Hospital - prazo previsto para conclusão março de 2023 e Comunicação Visual da Fachada - Ibirapuera).
- (b) Em abril 2021 foi iniciada a obra de expansão do hospital, para qual foram realizados adiantamentos a fornecedores.
- (c) Referente à provisão para encerramento das unidades (perda por redução ao valor recuperável de ativos) de Campina Grande e de Nova Iguaçu, que foi constituída considerando o fato de que as unidades se encontram sem operação, e estão atualmente em processo de encerramento junto aos órgãos competentes.

A movimentação do saldo do imobilizado está assim representada:

	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Terrenos	7.650	-	-	-	7.650
Edifícios	77.191	71	-	8.009	85.271
Instalações	8.287	131	(9)	736	9.145
Móveis e utensílios	10.705	720	(177)	-	11.248
Equipamentos de informática	11.844	249	(4)	-	12.089
Veículos	887	106	(318)	-	675
Máquinas e equipamentos	36.792	4.531	(258)	4	41.069
Imobilizado em andamento	5.602	10.597	(9)	(8.749)	7.441
	158.958	16.405	(775)	-	174.588
Depreciações acumuladas	(77.482)	(8.448)	414	-	(85.516)
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.325)	-	2	-	(6.323)
	75.151	7.957	(359)	-	82.749

  

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Terrenos	7.650	-	-	-	7.650
Edifícios	85.271	94	(2.022)	2.725	86.068
Instalações	9.145	743	(319)	7.303	16.872
Móveis e utensílios	11.248	1.406	(1.362)	-	11.292
Equipamentos de informática	12.089	1.531	(755)	-	12.865
Veículos	675	236	(305)	-	606
Máquinas e equipamentos	41.069	7.377	(2.710)	-	45.736
Imobilizado em andamento	7.441	15.941	(238)	(10.028)	13.116
	174.588	27.328	(7.711)	-	194.205
Depreciações acumuladas	(85.516)	(9.662)	5.899	-	(89.279)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	-	4.087	-	-	4.087
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.323)	(1.161)	1.213	-	(6.271)
	82.749	20.592	(599)	-	102.742

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 15.411, de 12 de julho de 2011, autorizou o poder executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m². A AACD aguarda a regularização da escritura em seu nome para incorporar esse terreno em seu ativo imobilizado.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 8. Imobilizado--Continuação

Do total das adições, reconhecemos o montante de R\$ 704 (R\$ 149 em 2020), referente a doações.

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para encerramento de unidades estão assim representadas:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	(6.323)
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6.323)
Adições	<b>(1.161)</b>
Reversões e baixas, líquidas	<b>1.213</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>(6.271)</b>

### 9. Intangível

	2021	2020
<b>Custo</b>		
Softwares - sistema de gestão	<b>11.641</b>	10.711
Amortizações acumuladas	<b>(10.397)</b>	(9.646)
	<b>1.244</b>	1.065

A movimentação do saldo está assim representada:

	2019	Adições	Baixas	2020
Softwares - sistema de gestão	10.692	19	-	10.711
Amortizações acumuladas	(9.044)	(602)	-	(9.646)
	1.648	(583)	-	1.065
	2020	Adições	Baixas	2021
Softwares - sistema de gestão	10.711	<b>948</b>	<b>(18)</b>	<b>11.641</b>
Amortizações acumuladas	(9.646)	<b>(768)</b>	<b>17</b>	<b>(10.397)</b>
	1.065	<b>180</b>	<b>(1)</b>	<b>1.244</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 10. Propriedade para Investimento

	2021	2020
Fazenda Santo André (a)	35.031	35.031
Demais Propriedades (b)	731	731
	<b>35.762</b>	<b>35.762</b>

(a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), vigente até 31 de dezembro de 2022. A propriedade foi originalmente contabilizada ao valor justo, como propriedade para investimento no montante de R\$ 35.031, suportada por laudo emitido por empresa especializada independente, que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 37.18453-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade. O objetivo é de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação.

O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 60.602, valor suportado por laudo de avaliação emitido pela empresa IHS Markit que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 14.653-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade.

Durante o exercício de 2021 a receita apurada com o contrato de arrendamento rural foi de R\$ 1.307 (R\$ 1.246 em 2020).

(b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$ 731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2021 a receita de aluguel totalizou R\$ 294 (R\$ 273 em 2020).

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$ 4.144 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.803 em 2020). Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

### 11. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores (a)	24.371	17.410
Provisão de Fornecedores (b)	770	395
Provisão de Repasse Médico (c)	3.143	2.762
	<b>28.284</b>	<b>20.567</b>

(a) Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

(b) Referem-se principalmente a provisão de fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.

(c) Referem-se à provisão de repasse médico (serviços médicos - cirurgiões e equipes).

A análise de fornecedores por idade de vencimento está apresentada a seguir:

À vencer:	2021	2020
Até 30 dias	17.243	12.130
De 31 a 60 dias	6.124	5.191
De 61 a 90 dias	3.745	2.639
De 91 a 180 dias	1.169	606
Acima de 181 dias	3	1
	<b>28.284</b>	<b>20.567</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 12. Salários e contribuições sociais

	2021	2020
Provisão para férias	10.965	7.558
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.757	1.320
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	1.044	895
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	652	575
Outros	205	172
	<b>14.623</b>	10.520

### 13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e administrativa, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e na análise das demandas judiciais em aberto. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas e são apresentados como segue:

	2021	2020
Trabalhista	3.924	3.930
Cíveis	530	1
	<b>4.454</b>	3.931

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza das Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária e Administrativa	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	3.367	-	309	3.676
Adições	2.853	9	3	2.865
Reversões e baixas	(2.290)	(8)	(312)	(2.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.930	1	-	3.931
Adições	1.700	540	-	2.240
Reversões e baixas	(1.706)	(11)	-	(1.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>3.924</b>	<b>530</b>	-	<b>4.454</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 13. Provisão para contingências--Continuação

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 35.527 (R\$ 41.407 em 2020), sendo que este valor está substancialmente representado pelos processos de natureza tributária: nº 19515-721.097/2014-20 no valor de R\$ 18.486 referente a Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), processo nº 10314-720.784/2018-43, referente a Contribuição Previdenciária no valor de R\$ 1.431, processo nº 10314-720.092/2019-86, referente a Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF no valor de R\$ 4.145 e mais 18 processos tributários de menor valor que totalizam R\$ 2.569, além de 20 processos trabalhistas que totalizam R\$ 3.574 e 22 processos cíveis que totalizam R\$ 5.322.

O julgamento da ADI nº 2028, pelo STF, em 23 de fevereiro de 2017 declarou inconstitucional a alteração na Lei 8.812/91 promovida pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deveria ser feita por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos. Em 17 de dezembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar nº 187/2021, que passou a ser a norma vigente e válida para regulamentar a imunidade das contribuições sociais, e a análise dos processos foi retomada pelo CARF.

### 14. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

### 15. Receitas institucionais - com doações

	2021	2020
Doações incentivadas por terceiros (a)	46.240	29.932
Mantenedores	20.030	16.986
Patrocínio de eventos	10.467	8.590
Doações espontâneas	7.765	5.040
Donativos em materiais e serviços	5.510	11.400
Ações com empresas parceiras	2.940	3.808
Doações via 0500	1.526	3.867
Doações via site	643	3.308
Herança	188	10.812
Projetos patrocinados	113	59
	<b>95.422</b>	<b>93.802</b>

(a) As receitas são representadas por doações realizadas via cartões de crédito, títulos de capitalização com apoio das operadoras e bancos e são reconhecidas no resultado de acordo com a efetivação das doações.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	2021	2020
<b>Receitas com atividades hospitalares</b>		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Fundo Pró-Infância - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria Municipal de Saúde (d)	4.781	1.396
	<b>4.781</b>	<b>1.396</b>
	2021	2020
<b>Receitas com atividades ambulatoriais</b>		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Fundo Pró-Infância - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social (a)	609	806
Demais subvenções, convênios e termos (b)	7.786	7.543
(-) Dedução da receita	-	(27)
	<b>8.395</b>	<b>8.322</b>
	2021	2020
<b>Receitas com atividades institucionais</b>		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (e)	429	417
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (c)	98	123
Ministério da Cultura (f)	176	-
(-) Dedução da receita	(9)	-
	<b>694</b>	<b>540</b>

- (a) Referem-se a verbas recebidas por meio de convênios firmados para manutenção e sustentabilidade da unidade de Porto Alegre junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Secretaria de Desenvolvimento Social para Tratamento Odontológico à Criança e Adolescente com Deficiência Física (CONDECA).
- (b) Referem-se a verbas recebidas dos municípios de Mogi e região (consórcio Condemat), Poços de Caldas, Uberlândia, Osasco e Recife, Secretaria Municipal da Educação, FASC (Porto Alegre), para manutenção das unidades e subsídios para tratamento e reabilitação física de portadores de Deficiência Física.
- (c) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e através da expansão do atendimento escolar.
- (d) Refere-se a verbas recebidas da Secretaria Municipal da Saúde para desenvolvimento de recursos humanos, custeio de equipe para assistência à saúde, aquisição de equipamentos e ampliação dos serviços médicos assistenciais da pessoa com deficiência física, e verbas do ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) referente a suporte intra-hospitalar multiprofissional complementar para atendimento a crianças com Deficiência Física.
- (e) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais, múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial.
- (f) Refere-se à verba recebida do Ministério da Cultura para realização de oficinas gratuitas de técnicas da capoeira e samba de roda possibilitando à pessoa com deficiência física acesso à cultura como meio de inclusão social.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subvenção para investimentos (a)	2.000	1.493
	<u>2.000</u>	<u>1.493</u>

(a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07.

### 18. Receitas institucionais - outras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Estacionamento	473	419
Lanchonete	219	204
Bazar	9.899	8.867
Arrendamento de propriedade para investimento	1.307	1.246
Demais receitas (a)	2.442	3.121
	<u>14.340</u>	<u>13.857</u>

(a) Representadas por receitas com cursos e congressos, peças pré-fabricadas e reciclagem.

### 19. Receitas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	12.965	5.845
Descontos obtidos	283	547
Outras	64	480
	<u>13.312</u>	<u>6.872</u>

### 20. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2021 e de 2020.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalho voluntário (a)	485	366
Conselhos e Comitês (b)	622	443
	<u>1.107</u>	<u>809</u>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 20. Trabalho voluntário--Continuação

- (a) O valor justo desta remuneração foi atribuído considerando R\$ 10,28/hora de janeiro a março e R\$ 10,93/hora de abril a dezembro de 2021 (R\$ 9,89 de janeiro a março e R\$ 10,28/hora de abril a dezembro de 2020), multiplicado pela quantidade de horas dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2021 foram 32.822 horas (2020 - 26.577 horas) sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntários.
- (b) No trabalho desenvolvido referente aos Conselhos de Administração, Consultivo, Regional, Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, em 2021, foram 621 horas (2020 - 443 horas), tendo sido aplicado o valor de R\$ 1.000,00/hora em 2021 (2020 - R\$ 1.000,00), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2021 e 2020, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

### 21. Instrumentos financeiros

#### Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Método de mensuração</b>	<b>Nível</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>1.582</b>	Valor Justo (VRJ)	2
Títulos e valores mobiliários	5	<b>328.148</b>	Valor Justo (VRJ)	2
Contas a receber	6	<b>49.535</b>	Custo Amortizado	2
<b>Passivos</b>				
Fornecedores		<b>28.284</b>	Custo Amortizado	2

Não existem variações materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

*Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* - A política de gestão de risco corporativo determina que a AACD avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento assumidos.

A AACD possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

*Contas a receber de clientes* - Para mitigar esses riscos a AACD tem políticas de análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixas, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (11,75% em 31/12/2022 – fonte: Relatório Focus BACEN), considerado como cenários de sensibilidade redução de 25% e aumento de 25% e 50% conforme avaliado pela Administração da Associação.

<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Redução de 25%</b>	<b>Aumento de 25%</b>	<b>Aumento de 50%</b>
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	1.582	1.768	1.722	1.815	1.861
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	328.148	366.705	357.066	376.344	385.984

#### Risco de Liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>Mais de 2 anos</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>					
Fornecedores	20.567	20.567	20.567	-	-
Parcelamento de impostos	667	667	157	260	250
Outras contas a pagar	521	521	521	-	-
<b>Total</b>	<b>21.755</b>	<b>21.755</b>	<b>21.245</b>	<b>260</b>	<b>250</b>

	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>1-2 anos</b>	<b>Mais de 2 anos</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores	28.284	28.284	28.284	-	-
Parcelamento de impostos	531	531	127	277	127
Outras contas a pagar	614	614	614	-	-
<b>Total</b>	<b>29.429</b>	<b>29.429</b>	<b>29.025</b>	<b>277</b>	<b>127</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e venda de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo se refere a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e fundos de renda fixa.

### 22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2021 a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	346.743
Responsabilidade civil	30.100
Responsabilidade civil/risco engenharia - obra expansão hospital	202.428
Veículos	1.100
	<u>580.371</u>

### 23. Gratuidade e informações suplementares

Em conformidade com os artigos 1º e 3º do Estatuto Social da AACD, em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 187/2021 e, em atendimento aos itens 13, 16, 17, 24 e 27 - letras (m) e (n) da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2021 e 2020, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 23. Gratuidade e informações suplementares--Continuação

<u>Quantidade de internações hospitalares – diárias</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
SUS	3.158	1.788
Financiamento próprio	3	1
Convênios e particulares	12.559	11.612
	<b>15.720</b>	<b>13.401</b>

<u>Quantidade de atendimentos ambulatoriais</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
SUS	330.334	253.341
Financiamento próprio	4.233	3.154
Convênios e particulares	182.108	107.149
	<b>516.675</b>	<b>363.644</b>

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência física da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, demonstramos com o quadro abaixo, o valor em gratuidade que a AACD dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2021 e 2020, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Em milhares de reais	2021			2020		
	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade
Hospital	36	28.826	28.862	11	14.183	14.194
Centro de Reabilitação	704	37.952	38.656	454	29.370	29.824
Centro de Diagnóstico	23	847	870	14	837	851
Dispensação de Órteses e Próteses	4	2.888	2.892	1	1.667	1.668
<b>Total de Gratuidade</b>	<b>767</b>	<b>70.513</b>	<b>71.280</b>	<b>480</b>	<b>46.057</b>	<b>46.537</b>

## Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

### 24. Imunidade tributária

O patrimônio, a renda e os serviços da Associação são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 15 de setembro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 850, de 24 de setembro de 2020, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde - CEBAS da AACD, para o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

A AACD possui no Ministério da Saúde, pedido de renovação pendente de análise, tempestivamente protocolado pelo SEI nº 25000.157589/2021-81, que renovará o CEBAS para o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024.

A solicitação de renovação da certificação foi protocolada, tempestivamente, em 22 de outubro de 2021, conforme parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12.101, de 2009, que determina que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado. Em 17 de dezembro de 2021, foi publicada a Lei Complementar nº 187, que revogou a Lei nº 12.101/2009, que estabelece nos § 1º e § 2º do artigo 37, que a solicitação da renovação deverá ocorrer no decorrer dos 360 dias que antecedem a data final da certificação, e que o CEBAS da entidade permanecerá válido até a data da decisão administrativa.

### 25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está apresentada conforme segue:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contribuição patronal de INSS	<b>21.073</b>	19.688
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	<b>1.055</b>	2.953
Outras (SESC, SESI, SENAC, etc.)	<b>6.111</b>	5.710
	<b>28.239</b>	28.351

### 26. Declaração de conformidade dos Superintendentes

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.